

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para a Infância e Juventude/Ceam/UnB

Disciplina - Políticas Públicas, democracia e participação social.

Código: PPGPIJ0005 CH – 45h; Créditos: 3

Datas: Abril (8,15, 22, 29); Maio (6;13;20;27); Junho (3;9;17;24) de 2024

Horário: 2as, 9h às 11h45

Local: Pós-graduação do Ceam - Pavilhão Multiuso 1 - Bloco C, 1º andar (ao lado do auditório SintFub)

Docentes: Profa. Dra. Maria Raquel Gomes Maia Pires; Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA – 2024.1

(Sujeito a alterações no decorrer das aulas)

Ementa: As políticas públicas e seu desenvolvimento na perspectiva de mediação entre Estado, sociedade civil, poder legislativo e poder judiciário. A análise de políticas públicas como instrumento de análise do Estado e das práticas governamentais. O processo de formulação das políticas públicas no Brasil. Políticas públicas, Estado e democracia na conformação da cidadania. A questão da participação social e a garantia do Estado democrático de direito Judicialização das políticas públicas. Estudos sobre políticas públicas direcionadas à infância e juventude. Direitos da criança e do adolescente e políticas públicas.

Apresentação

A disciplina tem como proposta discutir a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na conquista da cidadania de crianças, adolescentes e jovens. Em tempos de crise na democracia no contexto nacional e global - especialmente com a emergência da extrema direita - iniciaremos o curso com o debate acerca das teorias democráticas consensualistas e conflitivas. O primeiro módulo da disciplina - *Estado, Democracia e Políticas Públicas* - perguntará pelos limites da luta por igualdade diante do apagamento das diferenças - necessárias para o tensionamento conflitivo e traço indiscernível do político. As seguintes questões norteiam as discussões: Como lidar com o “mal estar” (se assim podemos chamar) da democracia, quando a luta por igualdade nos leva a convicções totalitárias? Quais as repercussões da deliberação pública por assentimentos universais que oprimem singularidades? Seria o consenso a melhor forma da democracia? Quais as objeções da epistemologia feminista às teorias deliberativas, contraposta pela democracia agonista? Por seu turno, o que fazer

com os antagonismos inconciliáveis que impedem consensos mínimos no jogo político por conquistas igualitárias, no âmbito da conformação das políticas públicas? A guisa de síntese, abordar-se-á o clássico tensionamento filosófico entre o universal e o particular, transposto para a correlação de forças entre os interesses público e privado que configuram a noção de Estado democrático de direito.

A par do debate clássico das teorias deliberativas e agonistas da democracia, discutiremos seus reflexos nas políticas sociais, à luz da interseccionalidade. Entram em cena as discussões sobre igualdade e equidade na perspectiva indiscernível entre gênero, raça, classe, etnia e geração, no âmbito das políticas públicas para a infância e juventude. Discutir-se-ão as distinções entre políticas públicas e políticas sociais, avançando-se no tema da análise de políticas setoriais.

O módulo 2, *Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude*, objetiva refletir sobre o processo de produção das políticas públicas e a interface Estado/Sociedade. Especificamente, a argumentação tem como foco os múltiplos papéis que atores sociais podem desempenhar nos processos de formação de agenda, tomada de decisão e monitoramento das políticas públicas. Serão objeto de discussão o contexto e as especificidades da participação da sociedade na formulação das políticas para a infância e juventude no Brasil.

Objetivos

Geral: Refletir sobre a articulação entre políticas públicas, Estado e democracia na configuração da cidadania de crianças, de adolescentes e de jovens.

Específicos:

- Discutir as principais teorias da democracia, a crítica feminista e sua influência sobre o debate da cidadania ativa, no âmbito das políticas sociais;
- Articular as concepções de políticas sociais e das políticas públicas em perspectiva interseccional;
- Compreender o processo de produção das políticas públicas para a infância e juventude no Brasil.

Módulos Temáticos

Módulo 1 – Estado, democracia e políticas públicas – Profa. Maria Raquel Gomes Maia Pires

1.1-O debate entre as teorias deliberativas e agonistas da democracia;

- 1.2-Teorias deliberativas da democracia – Jonh Rawls e Habermas
- 1.3-Crítica feminista: agonismo e cidadania democrática em Chantal Mouffe
- 1.4-Teoria crítica de Nancy Fraser: justiça como reconhecimento ou redistribuição?
- 1.5-Apogeu e crise do Estado social no capitalismo: “Aprender com as catástrofes”? (Habermas)
- 1.6 - Formulação, análise e avaliação de Políticas Públicas: abordagens multidisciplinares

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude – Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos -

- 2.1 - O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersetorialidade e articulação para proteção).
- 2.2 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002).
- 2.3 - Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil – Parte Parte II (2003 a 2023).
- 2.4 - Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências).
- 2.5 - Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.
- 2.6 - Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude.

Didática

As aulas contemplam discussão, debates e reflexões de textos previamente indicados nos encontros presenciais. Recomenda-se a leitura previa da bibliografia para maior aproveitamento das aulas. Serão disponibilizadas referencias diversas na pasta da disciplina e ao longo das aulas.

Avaliação

- Será cobrado um artigo teórico ao final da disciplina sobre um dos temas e referencias abordados nos módulos temáticos, preferencialmente (mas não necessariamente) que dialogue com os projetos de pesquisa discentes. A escrita do trabalho final será precedida de um roteiro prévio, corrigido pela(o)

docentes, contendo a questão de reflexão, objetivos e argumento central que será desenvolvido no trabalho;

- Aspectos formais: máximo 10 páginas, inclusas referências completas utilizadas; não incluir capa: cabeçalho simples, nome completo e matrícula; espaço 1,5, fonte 12; inclua título, resumo e estruturas clássicas do trabalho científico.

CRONOGRAMA¹

OBS: LINK PARA PASTA DO MÓDULO 1: [Disciplina Democracia Políticas Públicas Módulo1](#)

DATA	TEMA	REFERÊNCIAS /ATIVIDADES
MÓDULO 1 - Estado, democracia e políticas públicas		
8/04	1.1-O debate entre as teorias deliberativas e agonistas da democracia;	Degustação: Han, Byung-Chul. Algodofobia. In: Han, Byung-Chul. Sociedade paliativa: a dor hoje; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021. Principal: Miguel, LF. Consenso e conflito na teoria democrática. In: Lua Nova, São Paulo, 92: 13-43, 2014
15/04	1.2-Teorias deliberativas da democracia – Jonh Rawls e Habermas	Principal: Rawls, J. O Liberalismo político. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: editora ática. 2000 (Livro 1, conferencia 1);Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. ‘A inclusão do outro: estudos de teoria política’. São Paulo:Loyola, 2002 Complementar: consultar pasta da disciplina
22/04	1.3-A Crítica feminista às teorias deliberativas: teoria agonista e a cidadania democrática de Chantal Mouffe	Mouffe, C. A cidadania democrática e a comunidade política. Estudos de Sociologia. V. 2, n. 2 (1997), 59-68. Mouffe, C. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005.

¹ Sujeito a alterações no decorrer das aulas.

		Complementar: consultar pasta da disciplina
29/04	1.4-Teoria crítica de Nancy Fraser: justiça como reconhecimento ou redistribuição ?	Principal: Fraser, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. MEDIAÇÕES, LONDRINA, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009; Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2 Complementar: Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006
6/05	Apogeu e crise do Estado social no capitalismo: “Aprender com as catástrofes”? (Habermas)	Habermas, J. ‘Aprender com as catástrofes?’ In: Habermas, J. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. Trad.:Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001
13/05	Formulação, análise e avaliação de Políticas Públicas: abordagens multidisciplinares	SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. MARQUES, E; FARIA, CAP (Org.) A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo: Unesp; Rio de Janeiro:Fiocruz, 2018
Módulo 2		
20/05	O Princípio da Municipalização das Políticas Sociais para a infância e adolescência (descentralização/territorialização, intersetorialidade e articulação para proteção).	Estratégias (Debate a partir de textos) “Políticas Sociais para a Infância e Adolescência” - Guia para Gestão Pública-. Fundação Abrinq pelos direitos da Criança e do Adolescente. São Paulo,2021.

		“O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico”. Maria do Carmo Lessa Guimarães”.
27/05	Breve história da participação da sociedade na formulação de políticas no Brasil - Parte I (1960 a 2002)	Dagnino, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, No. 5 – outubro de 2004. Gohn, M.G. (2019). Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
3/06	Breve história da participação no Brasil - Parte II (2003 a 2023)	Gohn, M.G. (2016). Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3 2016 ISSN: 1984-1639. Morais, Neira de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246
9/06	Políticas para a infância e a participação institucionalizada (Conselhos e Conferências)	Almeida, C.; Tatagiba, L. (2012) Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012 Tatagiba, L. (2002). Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, E. (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

		Santos, B. R. (2011) Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: Os desafios da política de proteção integral (mimeo).
17/06	Experiências de participação de crianças, adolescentes e jovens.	Estratégias: Os debates sobre os desafios da participação de crianças e adolescentes serão propostos a partir de experiências recentes, especialmente, nos conselhos e conferências. Couto, R. M. B.; Rizzini, I.; Bush, M. Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho.
24/06	Monitoramento e avaliação de políticas para infância e juventude	Sousa, M. F. (2013). Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Curso Formação ENAP. Santos, B. R. (2024). Balanço dos 33 anos de Implementação do ECA. Apresentação em PPT.

Referencias

Módulo 1 - Estado, democracia, participação social

Principal

Fraser, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

Fraser, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas [online]. 2007, v. 15, n. 2

Habermas, J. ‘Aprender com as catástrofes?’ In: Habermas, J. A constelação pós-nacional: ensaios políticos. Trad.: Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Littera Mundi, 2001

Habermas, J. ‘Três modelos normativos de democracia’. In: Habermas, J. ‘A inclusão do outro: estudos de teoria política’. São Paulo: Loyola, 2002

Han, Byung-Chul. Algodofobia. In: Han, Byung-Chul. Sociedade paliativa : a dor hoje; tradução Lucas Machado. – 1. ed. – Petrópolis, RJ : Editora Vozes, 2021.

MARQUES, E; FARIA, CAP (Org.) A política pública como campo interdisciplinar. São Paulo:Unesp;Rio de Janeiro:Fiocruz, 2018

Miguel, LF. Consenso e conflito na teoria democrática. In: Lua Nova, São Paulo, 92: 13-43, 2014

Mouffe, C. A cidadania democrática e a comunidade política. Estudos de Sociologia. V. 2, n. 2 (1997), 59-68.

Mouffe, C. Por um modelo agonístico de democracia. Revista de Sociologia e Política, n.25, p.11-23, 2005.

Rawls, J. O Liberalismo político. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. 2ª ed. São Paulo: editora ática. 2000 (Livro 1, conferência 1).

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos, questões de concurso. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

Complementar: Consultar pasta da disciplina: https://unbbr-my.sharepoint.com/:f/g/personal/maiap_unb_br/Elu_hvHvxj5GtyYNY8imS18Bedx00JuamN1ni2o9jT8MNw?e=gvpQNS

Módulo 2 - Participação social nas Políticas para a Infância e Juventude

Principal

Almeida, C.; Tatagiba, L. (2012) Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012

Couto, R. M. B.; Rizzini, Irene; Bush, Malcom Jovens em Ação: reflexões sobre participação social e inserção no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: CIESPI (Relatório de Pesquisa).

Dagnino, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: Os dilemas da confluência perversa. Política & Sociedade, No. 5 – outubro de 2004.

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. Políticas Sociais para a Infância e Adolescência - Guia para Gestão Pública. São Paulo: Fundação Abrinq, 2021.

Guinmarães, Maria do Carmo. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. Organ. Soc. 9 (23) • Abr 2002

Gohn, Maria da Glória. Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

Gohn, Maria da Glória. Gestão Pública e os Conselhos: revisitando a participação na esfera institucional. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas V.10 N.3, 2016.

Morais, Neira de; Silva, Maria Andréa Luz da; Frota, Francisco Horácio. A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática. Revista Debate, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246

Santos, B. R. Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente no marco do 21º aniversário do ECA: Os desafios da política de proteção integral (mimeo), 2011.

Sousa, Marconi Fernandes. Conceitos básicos em Monitoramento e Avaliação. Curso Formação ENAP, 2013.

Complementar

Arretche, Marta. "Democracia e a redução da desigualdade econômica no Brasil – A inclusão de outsiders. RBCS Vol. 33 n° 96 /2018: e339613, 2018.

Tatagiba, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil, In: Dagnino, Evelina (Org.). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.